



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125448 - PA (2020/0078940-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : DOUGLAS DE BARROS VIANA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RONALDO FERREIRA MARINHO - PA018225  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**CORRÉU** : DEBORA BRANDA  
**CORRÉU** : LUIS CARLOS DOS SANTOS MOTA  
**CORRÉU** : MARCOS VINICIUS NONATO DE SOUSA  
**CORRÉU** : APOLIANA DA LUZ LIMA  
**CORRÉU** : JACUNDÁ DE TAL

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DOUGLAS DE BARROS VIANA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC n. 0800272-96.2020.8.14.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia **26/6/2019**, prisão posteriormente convertida em preventiva (e-STJ fls. 14/16), e denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 157, § 2º, II e V, § 2º-A,I, art. 158, §§ 1º e 3º, art. 171, art. 288, parágrafo único, art. 150, § 1º, todos do Código Penal Brasileiro, e arts. 12 e 16, ambos da Lei n. 10.826/2003 (e-STJ fls. 68/70).

Irresignada, a defesa pleiteou a concessão de ordem para revogar a segregação cautelar, sendo indeferido o pleito pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Altamira/PA (e-STJ fls. 78/79).

Inconformada, impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva do recorrente. Contudo, a ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 106):

*HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO, COM PEDIDO LIMINAR. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA, ROUBO CIRCUNSTANCIADO, EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO, ESTELIONATO, VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO, POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM SINAL DE IDENTIFICAÇÃO RASPADO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA.DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE*

*JUSTIFICADO. INAPLICABILIDADE DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IRRELEVÂNCIA DOS PREDICATIVOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

- 1. Mostra-se imprescindível a manutenção da prisão cautelar aplicada ao paciente e a inviabilidade de sua substituição por medidas cautelares diversas, sobretudo considerando, além da existência da prova de materialidade e dos indícios de autoria delitiva, a especial necessidade de resguardar a ordem pública, consubstanciada no modo de proceder e na gravidade concreta do delito, bem como na periculosidade real do paciente, apontado como integrante de facção criminosa – Comando Classe A.*
- 2. Eventuais condições pessoais de cunho subjetivo, por si sós, não têm o condão de conferir ao coacto o direito de responder em liberdade (Súmula nº 08/TJPA).*
- 3. Ordem conhecida e denegada.*

Na presente oportunidade, alega a defesa ausência de fundamentação concreta para a prisão preventiva do recorrente, asseverando que a "decisão constritiva da liberdade do paciente estar fundamentada na garantia da ordem pública, consubstanciada esta em conceitos genéricos, em circunstâncias que integram os próprios tipos penais em voga e em dados abstratos sobre a necessidade da constrição" (e-STJ fl. 123).

Sustenta que "[o] acusado é primário, ostenta bons antecedentes, possui endereço fixo e ocupação lícita". Entende, assim, que as medidas cautelares alternativas - como "[o] dever de comparecer periodicamente (uma, duas, três ou mais vezes na semana) ao juízo para informar e justificar as atividades, proibição de ausentar-se da Comarca sem autorização expressa do Juízo, recolhimento noturno e nos finais de semana, proibição de manter contato com os demais acusados" - se mostram suficientes para o caso (e-STJ fls. 125/126).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para revogar a prisão preventiva do recorrente, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas como a segregação domiciliar, expedindo-se o alvará de soltura (e-STJ fls. 129/130).

É o relatório, **decido**.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso vertente, ao que parece, a prisão preventiva foi decretada em razão da

periculosidade do paciente, envolvido em facção criminosa voltada para a prática de crimes violentos, merecendo destaque o seguinte fragmento do decreto prisional (e-STJ fl. 15):

*Se não bastasse, há informações no auto, inclusive declarações de alguns dos próprios autuados, de que **fazem parte da facção criminosa Comando Classe A - CCA, o que evidencia a periculosidade dos agentes**, demo do que a concessão de liberdade aos acusados, ao menos neste momento, representa concreta ameaça ao sossego social*

Vale lembrar que o recorrente responde por crimes gravíssimos - roubo, praticado com emprego de armas de fogo, em concurso com vários agentes, todos armados, restrição da liberdade das vítimas, ameaças de morte e extorsão.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator